

DIFERENÇAS DE GÊNERO NO CUIDADO DE MENINAS E MENINOS COM DEFICIÊNCIA

Luciana Steffen¹

Resumo

A cultura atual ainda é patriarcal e sexista, apresentando uma grande desigualdade de gênero, especialmente em relação à independência. A deficiência também carrega uma opressão social, onde as mulheres com deficiência são alvos de uma discriminação dupla. Esse artigo visa apresentar, por meio de uma exploração bibliográfica, as relações entre as diferenças de gênero em meninas e meninos com deficiência e cuidado, assim como suscitar contribuições da ética do cuidado para as(os) cuidadoras(es) em geral, incluindo as(os) musicoterapeutas. O artigo inicia com conceituações sobre gênero, deficiência e diferenças de gênero, seguindo para uma visão das diferenças de gênero em meninas e meninos com deficiência, a partir de uma perspectiva feminista. Para finalizar, são feitas algumas considerações sobre a ética do cuidado em relação às(os) cuidadoras(es), incluindo as(os) musicoterapeutas. As relações de gênero na deficiência influenciam o cuidado, refletindo na construção da independência das crianças. Uma ética do cuidado que envolve solidariedade e sensibilidade permite o respeito às diferenças, à diversidade, onde todas e todos podem exercer plenamente sua independência.

Palavras-chave: Gênero. Deficiência. Cuidado.

Abstract

The current culture is still patriarchal and sexist, presenting a large gender inequality, especially with regard to independence. The deficiency also carries a social oppression, where women with disabilities are targets of a double discrimination. This article presents, through a bibliographic revision, the relationships between gender differences in girls and boys with disabilities and care, as well as raise contributions of the ethics of care for caregivers in general, including music therapists. The article starts with conceptualizations of gender, deficiency and gender differences, proceeding to a vision of the gender differences in girls and boys with disabilities, from a feminist perspective. Finally, some considerations about the ethics of care in relation to caregivers, including music therapists are made. Gender relations in disability influence care, reflecting in the construction of the independence of children. An ethic of care that involves solidarity and sensitivity allows the respect for differences, for diversity, where all people can fully exercise their independence.

Keywords: Gender. Deficiency. Care.

Introdução

A desigualdade de gênero é muito presente na cultura atual, assim como a opressão às pessoas com deficiência. As relações de gênero também permeiam o cuidado de meninas e meninos com deficiência.

¹ Luciana Steffen, bacharel em Musicoterapia, mestranda em Teologia na Faculdades EST, bolsista da CAPES. lucianast@gmail.com.

Esse artigo visa apresentar, por meio de uma exploração bibliográfica, as relações entre as diferenças de gênero em meninas e meninos com deficiência e cuidado, assim como suscitar contribuições da ética do cuidado para as(os) cuidadoras(es) em geral, incluindo as(os) musicoterapeutas.

Será apresentado o conceito de gênero e de deficiência, as diferenças entre os gêneros, assim como as diferenças de gênero em meninas e meninos com deficiência, a partir de uma perspectiva feminista, e suas relações com o cuidado. A discussão reflete sobre uma sociedade que respeita as diferenças, permitindo que todas e todos exerçam plenamente sua independência.

As relações desiguais entre os gêneros influenciam a independência de meninas e meninos com deficiência, de acordo com seus cuidadores. É preciso que as relações de cuidado, seja com as(os) responsáveis diretos, ou com as(os) musicoterapeutas estejam livres de qualquer opressão e desigualdade para que o desenvolvimento de meninas e meninos com deficiência seja o mais saudável possível, permitindo que exerça sua independência.

Gênero

O termo *gênero* surgiu a partir do entendimento das diferenças entre homens e mulheres, não pela sua estrutura biológica (sexo), mas como produto da cultura, como Robert Stoller² constatou em sua pesquisa em 1968, indicando o sexo como homem ou mulher (entre algumas exceções), e gênero, como masculino e feminino. Para Wanda Deifelt “gênero é a construção cultural do que se constituem os papéis, as funções e os valores considerados inerentes a cada sexo em determinada sociedade”.³

Não há um consenso sobre o conceito do termo, mas diversos autores de diversas áreas concordam que é a formação social das diferenças entre homens e mulheres.⁴

² STOLLER, Robert. *Sex and Gender: The Development of Masculinity and Femininity*. London: Karnac Books, 1984.

³ DEIFELT, Wanda. Temas e metodologias da teologia feminista. In: SOTER (org). *Gênero e Teologia. Interpelações e perspectivas*. São Paulo: SOTER; Paulinas: Loyola, 2003, p. 172.

⁴ BOHAN, Janis S. Sex Differences and/in the Self: Classic Themes, Feminist Variations, Postmodern Challenges. *Psychology of Women Quarterly*, 26, 2002. p. 74-88; GALLATIN, Judith. Adolescência e Individualidade. São Paulo: Haper & Row, 1978; ALMEIDA, Welita Gomes. Gênero e Deficiência: A Exclusão Social de Mulheres Deficientes – II *Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais*:

Gebara,⁵ relata duas dimensões atreladas a ele, primeiro, o fato do termo ser mais amplo que o termo *sexo*, considerando que as diferenças entre homens e mulheres são socialmente aprendidas, e segundo, sua referência à relação de poder. Uma análise de gênero na distribuição do poder mostra que este não é distribuído igualmente entre os sexos, o que gera uma desigualdade em relação às mulheres.

Assim, gênero passou a fazer parte das análises nas ciências sociais e humanas, tornando-se uma categoria de análise nas pesquisas científicas em torno das décadas de 70 e 80, com o objetivo de investigar as relações sociais de gênero,⁶ a partir das reivindicações dos movimentos feministas e da falta de teorias que explicassem a desigualdade entre homens e mulheres.

A cultura patriarcal não permitiu que as mulheres tivessem destaque na literatura. As mulheres provavelmente não eram de interesse dos pesquisadores, não tendo sido investigadas na literatura, o que gerou a sua *invisibilidade*. Os estudos de gênero visam resgatar essa invisibilidade, repensar a exclusão da mulher,⁷ procurar dados sobre as mulheres na literatura, dados que precisam ser encontrados e discutidos.

Atualmente a análise de gênero é fundamental nas ciências humanas.⁸ Ainda há poucas publicações na área de gênero, sendo necessário mais estudos de análise de gênero a fim de fomentar relações fundadas na igualdade, no respeito às diferenças.

Diferenças de gênero e cultura

As diferenças entre homens e mulheres, seja no comportamento, na relação de poder, na distribuição de papéis, de trabalhos, aparecem desde o início da história da humanidade e se perpetuam nas mais diversas culturas, atribuindo

Culturas, leituras e representações, João pessoa, outubro de 2009; GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 103-143.

⁵ GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 39.

⁶ MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? *Cadernos Pagu*, n.11, p. 107-125, 1998, p. 112; BICALHO, Elizabete. Correntes Feministas e abordagens de gênero. In: SOTER (org.). *Gênero e teologia: Interpelações e perspectivas*. São Paulo: SOTER, 2003, p. 37.

⁷ MATOS, Maria Izilda S. de. Da invisibilidade ao gênero: Odisséias do pensamento - Percursos e possibilidades nas ciências sociais contemporâneas. In: SOTER. *Gênero e Teologia: Interpelações e perspectivas*. São Paulo: Paulinas/Loyola/Soter, 2003, p. 80.

⁸ MATOS, 2003, p. 68.

frequentemente às mulheres, menor valor que aos homens, por isso a importância da análise de gênero.

O papel de nutrir a família é responsabilidade da mulher em todas as sociedades. “A partir da função nutritiva de seu corpo, ligada à amamentação, a cultura lhe impõe a responsabilidade de educar e nutrir.”⁹ A cultura impõe essa tarefa à mulher, como se fosse algo da natureza das mulheres. A tarefa em si não é um problema, um mal, mas sim, a imposição, a determinação de um papel como sendo um destino para a mulher, segundo Gebara.¹⁰

As diferenças de gênero são impostas e aceitas pela sociedade, mesmo sendo diferenças opressoras. “A cultura patriarcal qualificou de fraca a mulher e forjou o mito do sexo frágil”.¹¹ Na psicologia, os estudos do desenvolvimento foram baseados somente em meninos, ficando os modelos de desenvolvimento humano inapropriados às mulheres, já que há diferenças entre os gêneros.

Gallatin¹² realizou estudos que afirmam que meninos são encorajados a se tornar mais agressivos e autônomos, e as meninas, mais passivas e dependentes.

Segundo as orientações morais, de justiça e cuidado, o senso de justiça é atribuído aos homens, que reflete a importância da individualidade, a capacidade de julgar, que promove mais êxito no mundo empresarial. A bondade, cuidado e sensibilidade são atribuídas ao gênero feminino, e são consideradas uma deficiência no seu desenvolvimento moral. Freud afirmou que as mulheres estão “menos prontas a sujeitar-se às grandes exigências da vida”.¹³

O número de mulheres empregadas aumentou para 45,4% em algumas regiões do Brasil, mas ainda são menos remuneradas que os homens nos seus empregos e o trabalho doméstico ainda é atrelado às mulheres, muitas vezes, tirando o tempo relacionado ao lazer e cuidado de si.¹⁴

As diferenças entre gêneros são visíveis, mas há exceções.¹⁵ “Discursos e narrativas jurídicas, religiosas, históricas, científicas, psicológicas e as respectivas

⁹ GEBARA, 2001, p. 49.

¹⁰ GEBARA, 2001, p. 52.

¹¹ BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 56.

¹² GALLATIN, 1978.

¹³ GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982, p. 17.

¹⁴ STRÖHER, Marga Janéte. Teologia feminista e gênero – territorialidades, deslocamentos e horizontes. *Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação*. 21 a 25 de janeiro de 2009. Belém – Brasil. Disponível em: <http://www.wftl.org/pdf/055.pdf>. Acesso em: 20 out 2011.

¹⁵ GALLATIN, 1978, p. 372.

práticas discursivas instituem lugares diferenciados e hierarquizados para homens e mulheres nos diversos espaços de atuação social e convivência humana”,¹⁶ impondo o masculino como melhor que o feminino.

Segundo Assmann e Sung,

[...] a cultura na qual nós vivemos nos abre e fecha as “janelas” pelas quais vemos o mundo. Ela nos leva a vermos certos aspectos da realidade e a não vermos outros; mais ainda, leva-nos a não perceber que não vemos esses outros aspectos. Como não temos consciência de que não vemos um determinado aspecto ou parte da realidade, cremos que o que vemos é toda a realidade ou toda a verdade.¹⁷

A liberdade de escolha é diminuída para as mulheres, já que a cultura patriarcal define o que é esperado que as mulheres façam, atribuindo papéis bem definidos para às mulheres. A liberdade das mulheres condiz com o que a sociedade espera delas, sendo limitada. Mesmo que as mulheres tenham vontade de realizar algo que não é esperado para o gênero feminino, muitas vezes não o fazem, representando uma opressão pela desigualdade de gênero. Esses comportamentos limitam, impedem as mulheres de viver em liberdade, e precisam ser desconstruídos.

A sociedade sexista também limita a liberdade dos homens, já que a cultura também impõe determinados papéis para os homens, impedindo ou dificultando que eles escolham aquilo que é determinado para as mulheres. Porém, como nos mostra a história, a sociedade é masculina, beneficia mais os homens, por isso há tantos movimentos feministas que lutam pela igualdade de direitos.

Burghardt¹⁸ constata a influência da cultura, mas afirma que as diferenças entre gêneros também possuem predisposições genéticas, hormonais e neurais, que aparecem também no brincar. Não se sabe o quanto as diferenças entre os gêneros são aprendidas, são estabelecidas culturalmente e o quanto são inatas, biológicas. É impossível determinar o quanto é “aprendido” e quanto é “inato”.¹⁹ Mas tudo indica que o contexto sociocultural precisa ser levado em conta, sendo o mais influente.²⁰

A discussão sobre se as diferenças entre homens e mulheres são inatas ou culturais não é a principal questão. O que importa é as mulheres sofrerem

¹⁶ STRÖHER, 2009, p. 515.

¹⁷ ASSMANN, H.; MO SUNG, J. *Competência e sensibilidade solidária*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 79.

¹⁸ BURGHARDT, G. M. *The Genesis of Animal Play: Testing the Limits*. MIT Press, Cambridge, MA, 2005.

¹⁹ GALLATIN, 1978, p. 373.

²⁰ BOHAN, 2002; MENEZES, 2011.

limitações, serem impedidas de ter poder, de exercer uma profissão, de apresentar determinado tipo de comportamento e de terem independência. Há vários reflexos da sociedade opressiva contra a mulher, que a coloca em um patamar inferior, de dependência, e a enquadra em papéis bem definidos de cuidadora, ao invés de trabalhadora, ou, ainda, de cuidadora e trabalhadora, provocando um esgotamento físico e emocional nas mulheres.

Para combater a desigualdade de gênero surgiu o movimento feminista na primeira metade do século XIX, e após, a Teologia Feminista, formada por mulheres cristãs, buscando a ampliação civil e política dos direitos das mulheres, tratando de temas como trabalho e igualdade salarial, direitos reprodutivos e violência contra as mulheres, e temas mais antigos como falta de acesso à educação, de cidadania, de direito ao voto e à propriedade.²¹ A teologia feminista propõe que não é preciso ser prisioneiro de uma cultura sexista e aceitar suas imposições, critica valores predominantemente masculinos e excludentes que se tornaram norma e formulam perspectivas que fomentem uma visão de mundo inclusiva.²²

Deficiência

Assim como há uma opressão contra as mulheres na sociedade, a deficiência também é alvo de discriminação.

Inicialmente, a deficiência era entendida de acordo com o modelo médico, onde é considerada como uma consequência natural da lesão em um corpo, necessitando de cuidados médicos.²³ A Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação - Upias,²⁴ criada em 1972, buscava questionar essa concepção opressiva da deficiência. A Upias queria tirar essa responsabilidade da opressão e exclusão das pessoas com deficiência delas mesmas, e colocá-la na sociedade, onde a responsabilidade da exclusão está na incapacidade da sociedade se deparar com a diversidade. Assim, surgiu o modelo social da deficiência, que atribuía o impedimento da participação social das pessoas com deficiência aos contextos

²¹ DEIFELT, Wanda. Temas e metodologias da teologia feminista. In: SOTER (org). *Gênero e Teologia. Interpelações e perspectivas*. São Paulo: SOTER; Paulinas: Loyola, 2003, p. 117.

²² DEIFELT, 2003, p. 173.

²³ DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007, p. 15.

²⁴ UPIAS. *Fundamental Principles of Disability*. London: Union of the Physically Impaired Against Segregation, 1976.

sociais não sensíveis à diversidade, e não, à lesão como impedidora da participação social.

A partir da Upias, a definição de deficiência, ficou como “desvantagem ou restrição de atividade provocada pela organização social contemporânea que pouco ou nada considera as pessoas que possuem lesões e as exclui das principais atividades da vida social”.²⁵ Sendo entendida como uma “experiência de opressão compartilhada por pessoas com diferentes tipos de lesões”.²⁶²⁷

A CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, da Organização Mundial de Saúde,²⁸ em 2001, trouxe a deficiência como pertencente aos domínios de saúde, “com base no corpo, no indivíduo e na sociedade, e não somente nas doenças ou de suas consequências [...]”.²⁹ Aproxima assim, o modelo médico do social, considerando as barreiras ambientais, sociais, as opressões da sociedade em relação à deficiência além das condições de saúde e das lesões, sendo as pessoas com deficiência oprimidas pela sociedade assim como as mulheres.

Deficiência e gênero

A desigualdade é presente tanto no dia-a-dia das mulheres, como das pessoas com deficiência. As mulheres são oprimidas por causa do seu sexo, e as pessoas com deficiência, por causa do seu corpo com lesões.³⁰ O modelo social que passou a explicar a deficiência se relacionou com a teoria feminista, pois ambos consideram a desigualdade imoral e lutam contra a opressão.

As mulheres com deficiência sofrem uma dupla discriminação, atingidas duplamente pelos estereótipos e práticas discriminatórias em função do gênero e da deficiência,³¹ sendo vistas como impossibilitadas de trabalhar, estudar e cuidar da casa, afastando-as do convívio social. As mulheres com deficiência inclusive

²⁵ Oliver M.; Barnes C. *Disabled People and Social Policy: from exclusion to inclusion*. London: Longman; 1998, p. 17-18.

²⁶ O conceito de lesão, segundo a Upias é: “ausência parcial ou total de um membro, ou membro, organismo ou mecanismo corporal defeituoso” DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007, p. 17.

²⁷ DINIZ, 2007, p. 22.

²⁸ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde*. São Paulo: Edusp, 2003.

²⁹ DINIZ, 2007, p. 48.

³⁰ DINIZ, 2007, p. 59.

³¹ ALMEIDA, 2009.

recebem um salário menor que as mulheres sem deficiência.

Na segunda geração do modelo social da deficiência, a categoria de gênero passou a tomar corpo pela primeira vez. Foram as teóricas feministas que ampliaram o olhar para as questões que permeiam as vidas das pessoas com deficiência, como o cuidado, a dor, a independência, a lesão, a interdependência.³² Também foram as feministas que apresentaram a influência das questões de gênero, raça, idade e orientação sexual, segundo Diniz³³, o que aponta a importância de se considerar gênero como uma categoria de análise dentro da deficiência.

A opressão de gênero aumenta ainda mais a opressão dentro da deficiência. As convenções sociais afirmam que a mulher é dependente, ou no mínimo, mais dependente que o homem, pensando nas mulheres com deficiência, a sociedade impõe que elas são duplamente dependentes.

A sociedade já mudou muito, mas desigualdade de gênero persiste nas mais diversas culturas, como na América Latina. O Brasil ocupa o 82º lugar no *Índice de Diferenças de Sexo do Fórum Econômico Mundial (FEM) de 2011*. O índice mostra que muitos países têm avançado em favor da igualdade de gênero, enquanto outros têm piorado. O Brasil melhorou no acesso da mulher à saúde pública e educação, mas não na economia e na política, onde ainda não é possível a mulher conciliar trabalho e família.³⁴ Em 2011, segundo o IBGE³⁵, das pessoas com carteira assinada, 59,60% são homens, e apenas 40,4% são mulheres. O rendimento médio do trabalho das mulheres é inferior ao rendimento dos homens, sendo 72,3% do valor dos homens.

Na deficiência, as mulheres trabalham menos que os homens com deficiência. Segundo o IBGE, 60,3% dos homens com algum tipo de deficiência trabalham, enquanto 41,7% das mulheres com deficiência trabalham.³⁶

³² DINIZ, 2007, p. 60.

³³ DINIZ, 2007, p. 61.

³⁴ AGÊNCIA EFE, Pesquisa indica melhora em igualdade de gênero na maioria dos países. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/pesquisa-indica-melhora-em-igualdade-de-genero-na-maioria-dos-paises--2>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

³⁵ IBGE. *Mulher no mercado de trabalho*: perguntas e respostas. Pesquisa mensal de emprego, 2012. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2012.

³⁶ IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Comunicação Social 29 de junho de 2012. Disponível em

Ainda há muito para se evoluir no que diz respeito à igualdade de gênero e ao respeito à adversidade. É preciso refletir sobre as questões das mulheres com deficiência, sobre uma sociedade mais inclusiva. As opressões da sociedade impedem a independência e a liberdade das mulheres com deficiência, o que prejudica fortemente seu desenvolvimento em todos os aspectos e sua qualidade de vida.

Deficiência, gênero e cuidado

O cuidado foi um dos pontos que as mulheres na segunda geração do modelo social da deficiência colocaram em evidência, já que este é frequentemente atribuído às mulheres. É através do cuidado que se dá boa parte do desenvolvimento das crianças, tendo a(o) cuidador(a) forte influência³⁷, especialmente na construção da independência de crianças com deficiência.

Entre os fatores que permeiam a independência de pessoas com deficiência, um deles é o tipo de lesão que pode exigir uma dependência maior ou menor, outra questão é se a criança desde pequena foi incentivada a ser independente, ou seja, o cuidado, e a outra questão é o gênero. Reflexões sobre as questões de gênero dentro do cuidado são necessárias para desmontar as opressões em relação às mulheres na deficiência.

A sociedade patriarcal e sexista forma meninas dependentes, e meninas com deficiência, mais dependentes ainda, pois a deficiência também carrega diversos estereótipos, como a criança com deficiência ser incapaz de determinadas atividades. Esse sistema opressivo faz com que a criança com deficiência, especialmente a menina com deficiência não seja estimulada para ser independente, mesmo nas atividades mais básicas do dia-a-dia.

O feminismo na segunda geração do modelo social mostrou a importância do gênero na deficiência ao se falar de libertação, dando importância à figura da cuidadora.³⁸ A relação da(o) cuidador(a) é responsável por estimular ou não a

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=2170. Acesso em 29 jul. 2012.

³⁷ DIAS, Adelaide Alves. Educação moral e autonomia na educação infantil: o que pensam os professores. *Psicol. Reflex. Crit.* 2005, vol.18, n.3, p. 370-380, p. 370.

³⁸ DINIZ, 2007, p. 69.

independência, e as questões de gênero influenciam o modo como a(o) cuidador(a) estimula a independência, já que esta é mais atribuída aos homens.

Mesmo que o grau da lesão de uma pessoa seja muito alto, que ela dificilmente consiga uma independência para ter um emprego, o que se pretende alertar é que a independência deve ser estimulada o máximo possível. A deficiência não pode ser usada como desculpa para não estimular ou estimular menos a independência de uma pessoa, assim como o gênero.

Para Sasaki,³⁹ independência é a capacidade de decidir sem depender de outras pessoas, ter vontade própria, capacidade de escolha. É importante na deficiência, assim como em qualquer pessoa independente do gênero. É fundamental para a qualidade de vida das pessoas, ela permite poder escolher sobre seus desejos, o que motiva, o que realmente interessa, se quer estudar, trabalhar, com quem e como se relacionar.

A segunda geração do modelo social da deficiência propõe a ideia da igualdade pela interdependência.⁴⁰ As relações de dependência fazem parte da vida social. O ser humano não pode sobreviver sem cuidado, ninguém é totalmente independente para viver sem os outros e outras, além dos outros e outras, todos e todas são vulneráveis e precisam de cuidado.⁴¹

Esse pensamento põe todos os seres humanos no mesmo patamar, mostrando que homens não são melhores que as mulheres, que cada um, respeitando suas diferenças, podem aprender e viver bem um com o outro. O ser humano precisa de outras pessoas, e as relações sociais fundadas no respeito e não na dominação permite uma sociedade melhor.

Para Leonardo Boff⁴² cuidar não é só um momento de zelo, é mais que um ato, é uma atitude de ocupação, de preocupação, de responsabilidade, de envolvimento afetivo com o outro. Dessa forma, cuidado pode ser considerado no seu sentido mais amplo, na relação com as outras pessoas, com a natureza, com as coisas, como um modo de ser, “é a forma como a pessoa humana se estrutura e se

³⁹ SASSAKI, Romeu K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 8.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

⁴⁰ DINIZ, 2007, p. 67.

⁴¹ TRONTO, 1997.

⁴² BOFF, 1999, p. 33.

realiza no mundo com os outros. Melhor ainda: é um modo de ser-no-mundo que funda as relações que se estabelecem com todas as coisas”.⁴³

Para Vera Waldow cuidado é “uma atitude ética em que os seres humanos percebem e reconhecem os direitos uns dos outros”.⁴⁴ A ética do cuidado propõe um olhar aguçado para as necessidades e direitos dos outros e outras, promove uma equidade entre os gêneros, sem desigualdade, sem empecilhos para a independência de homens e mulheres.

Para Boff o cuidado exige o respeito aos outros, o que está perdido pelo mundo atual. O respeito no cuidado implica ética.⁴⁵ Respeitar os outros e as outras é permitir sua independência, permitir que as mulheres não deixem de ir atrás do que precisam por causa de estereótipos e opressões formadas pela cultura patriarcal.

Assmann e Sung relacionam ética à solidariedade e sensibilidade, assim como afirmam que dignidade e solidariedade estão interligadas.⁴⁶ A solidariedade pode ser vista como um passo de sensibilização no respeito da dignidade das mulheres. Solidariedade pode ser entendida como um fato e uma necessidade de interdependência na vida social, ou, como uma atitude capaz de respeitar as diferenças e se interessar pelos problemas da coletividade.⁴⁷

A solidariedade deve-se tornar um imperativo ético. Para isso é preciso reconhecer a interdependência e a coesão social como um fato fundamental para a vida em geral, e a vida humana em particular.⁴⁸

Assmann e Sung definem a sensibilidade solidária como

uma forma de conhecer o mundo que nasce do encontro e do reconhecimento da dignidade humana dos que estão 'dentro-e-fora" do sistema social; um conhecimento marcado pela afetividade, empatia e compaixão (sentir na sua pele a dor do/a outro/a).⁴⁹

É preciso estabelecer uma ética do cuidado que inclua as mulheres com deficiência em todos os âmbitos da sociedade. Para isso, a sensibilidade solidária é fundamental. Esse entendimento leva a destruir a cultura patriarcal, a desconsiderar a opressão contra as mulheres presentes na cultura.

⁴³ BOFF, 1999, p. 92.

⁴⁴ WALDOW, Vera Regina. *Cuidado humano: o resgate necessário*. 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999

⁴⁵ WALDOW, Vera Regina. Atualização do cuidar. *Aquichán*, vol.8, n.1, 2008, p.95.

⁴⁶ ASSMANN; MO SUNG, 2000, p. 129.

⁴⁷ ASSMANN; MO SUNG, 2000, p. 74-75.

⁴⁸ ASSMANN; MO SUNG, 2000, p. 75.

⁴⁹ ASSMANN; MO SUNG, 2000, p. 134.

As especificidades femininas, como a identidade baseada nas conexões e relacionamentos proposta por Gilligan, “longe de representarem um obstáculo para o seu desenvolvimento moral, são consideradas enobrecedoras”.⁵⁰ As diferenças entre homens e mulheres, independente de serem inatas ou aprendidas não podem ser vistas como melhores ou piores. Todas as pessoas independente do gênero, classe social, raça são diferentes, todos têm qualidades e defeitos, habilidades maiores e menores. Essa mudança de paradigmas trata as diferenças como algo natural e não como justificativa de opressão. A ética do cuidado não oprime nenhum dos gêneros.

A(o) musicoterapeuta também é um(a) cuidador(a), que influencia o desenvolvimento da independência da criança. Schwartz⁵¹ aponta que a independência pode ser trabalhada através da escolha de instrumentos, canções, entre outros.

Para essa autora, obstáculos no desenvolvimento, limitam a habilidade da criança de fazer escolhas e o tipo de escolhas que pode fazer, mas intervenções podem ajudar a criança a superar ou lidar com esses obstáculos e permitir a liberdade de fazer as suas escolhas, trabalhando assim seu desenvolvimento. A Musicoterapia permite trabalhar com a individualidade e a identidade, buscar a consciência e/ou do conhecimento de si mesmo.⁵² É importante observar se os cuidadores, os musicoterapeutas conseguem trabalhar a individualidade das pessoas sem considerar as desigualdades, as opressões, os estereótipos determinados para cada gênero, pois é na pureza da pessoa, é ao tirar todas as barreiras impostas pela sociedade que se encontra os verdadeiros anseios, a verdadeira identidade da pessoa, e a partir disso ela poderá escolher, poderá ter independência para ser o que ela realmente quer, independente de limitações e do gênero.

Schwartz, na Musicoterapia afirma que o conhecimento de como e porque o desenvolvimento acontece, influencia a visão dos profissionais e como o tratamento escolhido irá proceder.⁵³ Mas há poucos estudos de gênero nessa área. Assim, as questões de gênero que permeiam o desenvolvimento devem ser levadas em

⁵⁰ MONTENEGRO, Thereza. Diferenças de gênero e desenvolvimento moral das mulheres. Rev. Estud. Fem., Dez 2003, vol.11, no.2, p.493-508.

⁵¹ SCHWARTZ, Elizabeth. *Music, Therapy, and Early Childhood: A Developmental Approach*. Gilsum: Barcelona Publishers, 2008.

⁵² SCHEMBRI, Marília. Resgate da identidade feminina através da musicoterapia. *Revista Brasileira de Musicoterapia*. Rio de Janeiro: UBAM, ano I, no 1, 1996.

⁵³ SCHWARTZ, 2008.

consideração na terapia. A psicologia contribui afirmando que as mulheres internalizam a subordinação e desvalorização presente nos diversos discursos sociais, e isso implica fortemente na sua constituição de sujeito⁵⁴, e sua tarefa é não permitir a reprodução desses discursos de inferioridade.

Conclusão

As mulheres são oprimidas pela sociedade atual, que ainda é patriarcal e sexista. A deficiência, também carrega opressões. As mulheres com deficiência são assim, oprimidas duplamente, o que torna gênero uma categoria relevante na deficiência. As mulheres com deficiência não têm a mesma independência que as outras pessoas, o que reflete negativamente na sua qualidade de vida.

As relações de gênero na deficiência influenciam o cuidado, e este reflete na construção da independência das crianças, pois a(o) cuidador(a) é quem estimula mais ou menos a independência das crianças. A desigualdade da sociedade sexista faz com que as(os) cuidadoras(es) não estimulem a independência das mulheres com deficiência, limitando sua liberdade e suas escolhas.

Uma ética do cuidado que envolve solidariedade e sensibilidade permite o respeito às diferenças, à diversidade, onde todas e todos podem exercer plenamente sua independência. As(os) cuidadores(as) precisam refletir sobre as questões de gênero, sobre a igualdade de gênero e o respeito às diferenças para estimular ao máximo a independência das meninas com deficiência, aumentando sua qualidade de vida, e tornando a sociedade mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA EFE, *Pesquisa indica melhora em igualdade de gênero na maioria dos países*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/pesquisa-indica-melhora-em-igualdade-de-genero-na-maioria-dos-paises--2>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

ALMEIDA, Welita Gomes. *Gênero e Deficiência: A Exclusão Social de Mulheres Deficientes* – II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: Culturas, leituras e representações, João pessoa, outubro de 2009.

⁵⁴ MIRANDA, H.; ANDRADE, D.; ALMEIDA, A. S.; FAGUNDES, A. L. M. *Gênero e Psicologia: um debate em construção no CRP-03*. Salvador: Conselho Regional de Psicologia – CRP-03/GT Relações de Gênero e Psicologia, 2009.

ASSMANN, H.; MO SUNG, J. *Competência e sensibilidade solidária*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BICALHO, Elizabete. Correntes Feministas e abordagens de gênero. In: SOTER (org.). *Gênero e teologia: Interpelações e perspectivas*. São Paulo: SOTER, 2003.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BOHAN, Janis S. *Sex Differences and/in the Self: Classic Themes, Feminist Variations, Postmodern Challenges*. *Psychology of Women Quarterly*, 26, 2002.

BURGHARDT, G. M. *The Genesis of Animal Play: Testing the Limits*. MIT Press, Cambridge, MA, 2005.

DEIFELT, Wanda. Temas e metodologias da teologia feminista. In: SOTER (org.). *Gênero e Teologia. Interpelações e perspectivas*. São Paulo: SOTER; Paulinas: Loyola, 2003.

DIAS, Adelaide Alves. Educação moral e autonomia na educação infantil: o que pensam os professores. *Psicol. Reflex. Crit.* 2005, vol.18, n.3, p. 370-380.

DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Comunicação Social 29 de junho de 2012. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=2170>. Acesso em 29 jul. 2012.

IBGE. *Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas*. Pesquisa mensal de emprego, 2012. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2012.

GALLATIN, Judith. *Adolescência e Individualidade*. São Paulo: Haper & Row, 1978.

GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis: Vozes, 2001.

GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? *Cadernos Pagu*, n.11, p. 107-125, 1998.

MATOS, Maria Izilda S. de. Da invisibilidade ao gênero: Odisséias do pensamento - Percursos e possibilidades nas ciências sociais contemporâneas. In: SOTER. *Gênero e Teologia: Interpelações e perspectivas*. São Paulo: Paulinas/Loyola/Soter, 2003.

MENEZES, A. B. *Diferenças de Gênero em Crianças: uma comparação entre diferentes metodologias*. Belém, UFPA, 2011.

MIRANDA, H.; ANDRADE, D.; ALMEIDA, A. S.; FAGUNDES, A. L. M. *Gênero e Psicologia: um debate em construção no CRP-03*. Salvador: Conselho Regional de Psicologia – CRP-03/GT Relações de Gênero e Psicologia, 2009.

MONTENEGRO, Thereza. *Diferenças de gênero e desenvolvimento moral das mulheres*. Rev. Estud. Fem., Dez 2003, vol.11, no.2, p.493-508.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde*. São Paulo: Edusp, 2003.

SASSAKI, Romeu K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 8.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SCHEMBRI, Marília. Resgate da identidade feminina através da musicoterapia. *Revista Brasileira de Musicoterapia*. Rio de Janeiro: UBAM, ano I, no 1, 1996.

STOLLER, Robert. *Sex and Gender: The Development of Masculinity and Femininity*. London: Karnac Books, 1984.

STRÖHER, Marga Janéte. Teologia feminista e gênero – territorialidades, deslocamentos e horizontes. *Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação*. 21 a 25 de janeiro de 2009. Belém – Brasil. Disponível em: <http://www.wftl.org/pdf/055.pdf>. Acesso em: 20 out 2011.

OLIVER M.; BARNES C. *Disabled People and Social Policy: from exclusion to inclusion*. London: Longman; 1998.

TRONTO, Joan. “Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso?”. In: JAGGAR, Alison M. e BORDO, Susan R. (orgs.) *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

WALDOW, Vera Regina. Atualização do cuidar. *Aquichán*, vol.8, n.1, 2008.

_____. *Cuidado humano: o resgate necessário*. 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

UPIAS. *Fundamental Principles of Disability*. London: Union of the Physically Impaired Against Segregation, 1976.